



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
Secretaria Municipal de Logística e Compras
Superintendência da Secretaria de Logística e Compras
Diretoria de Licitações
Gerência de Licitações
Rua Neo Alves Martins, 2597 - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-060, Telefone: (44) 3127-7100 - www2.maringa.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREZADO LICITANTE:

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br, sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221-1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail sei@maringa.pr.gov.br.

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes, em especial os anexos I e II, pois neles há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

Anexo I – Especificações do objeto e julgamento da amostra, se for o caso; e

Anexo II – Modelo da proposta.

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar responsável por indicar o caminho percorrido pelo Município até a solução ora licitada (como sendo a que melhor lhe atende), e o termo de referência - TR, que possui a construção de todos os elementos do presente edital, farão parte integrante deste, como anexos, assim como a Minuta de ARP - Ata do Sistema de Registro de Preços (se houver) e a Minuta de Contrato, além do Instrumento de medição de resultado, se for o caso.

Atenciosamente,

EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 083/2026 - PMM

Processo Administrativo n.º 01.08.00042449/2026.62

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Objeto do certame: #OBJC Registro de preços para compra de medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
- 1.1.1. Órgão ou entidade demandante: #SECD Secretaria Municipal de Saúde
- 1.2. A proposta deverá ser apresentada até as 08:30 horas do dia 20/05/2026.
- 1.2.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 2 (duas) horas após a solicitação.
- 1.2.1.1. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente de contratação/pregoeiro, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.
- 1.2.1.2. A análise da habilitação, contudo, ocorrerá após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da L. 14.133/21.
- 1.2.1.3. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.
- 1.2.1.4. Data do certame e horário da disputa de lances: 08:30 horas do dia 20/05/2026.
- 1.3. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.
- 1.4. Valor estimado total da contratação: #VETC R\$ 4.151.476,72 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos)
- 1.5. Rito da seleção: #MDLI Pregão
- 1.6. Forma da seleção: #FDSE [eletrônica](#)
- 1.7. Local do certame: <http://comprasnet.gov.br/>
- 1.7.1. UASG: 987691
- 1.7.2. Número da licitação na plataforma: 90083/2026
- 1.8. Critério de julgamento #CDJU [Menor preço](#)
- 1.8.1. A contratação será: #CGOI Por Itens
- 1.9. Modo de disputa: #MDDI [Aberto na forma eletrônica](#)
- 1.9.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,01% (um centésimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.
- 1.10. Ordem das etapas: #ODET [Rito procedimental comum](#)
- 1.11. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços. #CSRP
- 1.12. **O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.**
- 1.12.1. A prorrogação da Ata não se dará de modo automático, mas será promovida pela Diretoria de Licitações somente mediante solicitação/provocação a ser apresentada em tempo hábil (30 dias antes de seu vencimento) pela unidade interessada, ordenadora da despesa, ou órgão gerenciador.
- 1.12.2. À unidade interessada, ordenadora da despesa, ou ao Órgão Gerenciador (através da Central de Compras), competirá a comprovação do preço vantajoso, conforme art. 14, IX, do Decreto Municipal 1856/2023, sendo que tais documentos já deverão estar contidos na solicitação - de que se refere o item anterior - a ser apresentada.
- 1.12.3. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.
- 1.12.4. A concessão de reajuste não será automática pela Administração, devendo ser solicitado pelo fornecedor na data-base de reajustamento.
- 1.12.5. Inexistentes índices de segmentos e setoriais, se for o caso de sua aplicação será adotado o mais vantajoso à Administração, dentre os usuais (IPCA; INPC).
- 1.12.6. Na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.
- 1.13. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas \(MPE\)](#): #BMPE “**Ampla concorrência - Geral**” - Não é item exclusivo para MPE, mas tem os benefícios de desempate ficto e prazo para regularidade fiscal (excetuadas as licitações cujos itens ou lotes, conforme critério de julgamento, excederem R\$ 4.800.000,00).
- 1.13.1. Para se beneficiar da condição de MPE, o licitante deve se declarar como tal.

2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

- 2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
- 2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7. Empresas reunidas em [consórcios](#) não poderão participar desta licitação. #CONS

2.8. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação.

3. DECLARAÇÕES

3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;

3.1.3. Que para a obtenção dos benefícios contidos no caput do art. 4.º da L. 14.133/2021, a participante observará que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da L. 14.133/2021.

3.1.4. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e estou ciente que não poderei contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;

3.1.5. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3.1.6. A proposta foi elaborada de forma independente, **com validade mínima de 90 dias**, e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;

3.1.7. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;

3.1.8. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

3.1.9. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitada da Previdência Social e aprendiz; e

3.1.10. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

3.1.11. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).

3.1.11.1. Declaro que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato ou Ata de Registro de Preços) através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá.

4. PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.

4.1.1. Tratando-se de aquisição de bens, na proposta ajustada (Exemplo de Modelo no Anexo II) deverá ser preenchido o campo "Marca".

4.1.2. Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma ComprasGov (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste Edital, prevalecerá o descrito em Edital, a ser considerando para fins de proposta ajustada.

4.1.3. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 04 (quatro) casas após a vírgula, (ex.: 0,0000). Já o valor total deverá ser limitado a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00).

4.2. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, no prazo de até 02 horas da convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.

4.2.1. O não envio da proposta ajustada no prazo estipulado ensejará a desclassificação do licitante, com consequente aplicação das sanções indicadas neste Edital.

4.3. Junto com a proposta deverão ser apresentados os documentos: #JCPR

- Cópia atualizada do Registro do Produto concedido pela ANVISA, preferencialmente indicando o número do item a que se refere e constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias. Estando o registro vencido, a licitante deverá anexar também à cópia da petição de sua revalidação, dentro do prazo previsto em lei. O número de registro do produto deverá corresponder aquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem e forma farmacêutica cotada.

- Declaração de Notificação Simplificada dentro do prazo de vigência, caso o medicamento seja classificado como medicamento de notificação simplificada.

4.3.1. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao Preço de Fábrica (PF) do medicamento ofertado, em conformidade com a Resolução CMED nº 3/2009, com a Orientação Interpretativa CMED nº 2/2006 e suas atualizações, incluindo as alterações introduzidas pela Resolução CM-CMED nº 02/2024.

4.3.2. Na proposta, a proponente deverá cotar pela DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA (DCB), informando se o medicamento é de REFERÊNCIA, GENÉRICO OU SIMILAR, além de qual apresentação esta sendo cotada bem como o número do registro correspondente.

4.3.3. As propostas dos licitantes devem contemplar o preço isento do ICMS, para medicamentos constantes no Convênio 87/02 – CONFAZ, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

5.1.1. comprovante de inscrição e de situação cadastral ativa de Pessoa Jurídica perante a Receita Federal (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ);

- 5.1.2. contrato social ou instrumento equivalente;
- 5.1.3. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
- 5.1.4. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- 5.1.5. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e
- 5.1.6. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.1.6.1. Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitos os documentos que tiverem dentro da validade nas seguintes datas:

- a) da consulta ao SICAF; ou
- b) da consulta nos portais de consulta pública; ou
- c) da convocação pelo agente de contratação.

5.2. Qualificação técnica:

5.2.1. Requisitos previsto em lei especial: #RPLE

A Empresa deverá apresentar:

- Autorização de Funcionamento (AFE) de titularidade da empresa licitante, compatível com a atividade de distribuição e/ou fabricação de medicamentos, emitida pelo Ministério da Saúde, pertinente com objeto licitado.
- Autorização Especial de Funcionamento (AE) da empresa licitante, compatível com a atividade de distribuição e/ou fabricação de medicamentos, emitida pelo Ministério da Saúde ou cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União.
- Licença Sanitária de titularidade da empresa licitante, expedido pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da licitante, atualizada, pertinente com o objeto licitado (não será aceito protocolo de renovação).
- Certidão de Regularidade expedida pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF), indicando o responsável técnico (RT) com seu número de CRF.

5.3. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

6. INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME #IPCE

6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	2%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	2%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%

6.2. Pelas infrações administrativas de: deixar de entregar documentação exigida para o certame; Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

6.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. INFORMAÇÕES GERAIS

7.1. [Definições](#)

7.2. [Condições de julgamento de propostas e habilitação](#)

7.3. [Critérios de desempate](#)

7.4. [Negociação](#)

7.5. [Recursos e contrarrazões](#)

7.6. [Adjudicação e homologação](#)

7.7. [Disposições gerais](#)

7.8. Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.

7.9. Onde estamos: Rua Néu Alves Martins, 2597, CEP: 87013-060, Maringá/PR.

7.10. **Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.**

7.11. **As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).**

7.12. Quem são os responsáveis pelo certame:

7.12.1. Secretário responsável: #RESP **Antônio Carlos Figueiredo Nardi**

7.12.2. Agente de contratação/Comissão de Contratação/Pregoeiro: **Eduardo dePaiva Peluso**.

7.12.3. Equipe de Apoio:

Nome Completo:	Yuri Blener Contarin do Nascimento	Vivian Taciany Bonassoli Shima	Camila Silva Pezotti Garcia
Cargo:	Agente Administrativo	Farmacêutica	Agente Administrativo
Matrícula:	39985	22541	38669
Secretaria/Pasta Interessada:	Saúde	Saúde	Saúde
Local SEI:	GAF	GAF	GAF
Telefone/Ramal:	3221-4827	3221-4900	3221-4901

7.13. Normas de regência: [Caderno de Normas Licitatórias](#); Lei n.º 14.133/2021; Decreto Municipal n.º 2259/2023; Decreto Municipal n.º 1856/2023 (SRP); Lei Complementar n.º 1.142/2019; E pelas normas específicas: #NESP

- **Lei nº 5.991/1973, art. 21**, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;
- **Lei nº 6.360/1976, arts. 12 e 50**, bem como o **Decreto nº 79.094/1977**, que regulamenta o registro de medicamentos e a autorização de funcionamento de empresas sujeitas à vigilância sanitária;
- **Portaria SVS/MS nº 344/1998, art. 2º**, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, com listas periodicamente atualizadas por Resoluções da ANVISA;
- **Lei nº 9.782/1999, arts. 6º e 7º**, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e estabelece sua competência para regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam risco à saúde;
- **Lei nº 13.043/2014, art. 99**, que alterou a Lei nº 9.782/1999 para extinguir a exigência de renovação anual da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e da Autorização Especial (AE);
- **Lei nº 3.820/1960, arts. 22 e 24**, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia;
- **Lei nº 6.839/1980, art. 1º**, que dispõe sobre o registro de empresas nos conselhos de fiscalização profissional;
- **Resolução CFF nº 698/2020**, que institui a Certidão de Regularidade Técnica (CRT);
- **Resolução RDC ANVISA nº 430/2020, art. 60**, que determina a obrigatoriedade de constar, nas notas fiscais emitidas, os números de lote e os dados da origem dos medicamentos.
- **Nota Técnica 2016.002 – NF-e (Grupo I80)** — torna obrigatório o preenchimento dos campos de rastreabilidade na NF-e modelo 55.

7.14. Havendo divergências entre o Edital e outros documentos anexos integrantes deste, como o Termo de Referência, prevalecerá o estabelecido em Edital.

7.15. São anexos deste edital:

- I - Especificações do objeto
- II - Modelo da proposta
- III - Estudo Técnico Preliminar
- IV - Termo de Referência
- V - Minuta da Ata de Registro de Preços

Maringá (PR), 05 de maio de 2026.

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. #OBJC Registro de preços para compra de medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO) E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Do objeto a licitar e preço máximo fixado: #OLPM

AMPLA CONCORRÊNCIA (GERAL):

Item	Código PMM	Descrição	Unid.
1	1294	AMIODARONA CLORIDRATO 50 MG/ML IV AMPOLA 3 ML	AMP
2	275222	ARIPIRAZOL 1 MG/ML SUSPENSÃO ORAL COM NO MÍNIMO 100 ML	FRAS
3	245856	ARIPIRAZOL 10 MG COMPRIMIDO	COMP
4	5076	ATROPINA SULFATO 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	UND
5	249726	BACLOFENO 10 MG COMPRIMIDO	COMP
6	248979	BOLSA PARA NUTRIÇÃO PARENTERAL INDUSTRIALIZADA, BICOMPARTIMENTADA, PRONTO PARA USO, EM SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL E APIROGÊNICA, CONSTITUÍDA DE MATERIAL COMPATÍVEL COM OS COMPONENTES DA FORMULAÇÃO, CONTENDO POLIAMINOÁCIDOS ESSENCIAIS, GLICOSE, ELETROLÍTICOS, FORNECENDO 790 KCAL, OSMOLARIDADE DE 1400 MOSM/LITRO, CONTENDO 1000 ML	BOLSA
7	244019	BROMOPRIDA 5MG/ML IV/IM AMPOLA 2 ML	AMP
8	274621	CANABIDIOL 200 MG/ML SOLUÇÃO FRASCO COM 30 ML + SERINGA (PRATI-DONADUZZI), <i>PROCESSO JUDICIAL: 0005897-34.2023.8.16.0017</i>	UND
9	1534	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO	COMPR
10	1309	CEFALEXINA 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM NO MÍNIMO 100 ML	FRAS
11	243858	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO-AMPOLA AMPOLA DE DILUENTE COMPATÍVEL CONTENDO LIDOCAÍNA 10MG ML PARA USO INTRAMUSCULAR	FR-AMP
12	249736	CILOSTAZOL 100 MG COMPRIMIDO	COMP
13	244023	CISATRACURIO BESILATO 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	AMP
14	93971	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60 MG CÁPSULA	UND
15	264658	CLORIDRATO DE LURASIDONA 20 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
16	249845	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
17	249855	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
18	245858	CLORIDRATO DE TIZANIDINA 2 MG COMPRIMIDO	COMP
19	249879	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50 MG COMPRIMIDO	COMP
20	249750	DEFLAZACORTE 30 MG COMPRIMIDO	COMP
21	223494	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG ER COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP
22	1460	DOPAMINA CLORIDRATO 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML	AMP
23	209598	ESPIRONOLACTONA 100 MG COMPRIMIDO	COMPR
24	1455	FUROSEMIDA 10 MG/ML, IM/IV, AMPOLA 2 ML	AMP
25	1509	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMP
26	1457	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO	COMP
27	103178	LORATADINA 1 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM NO MÍNIMO 100 ML	FRAS
28	265785	MESILATO DE LISDEXANFETAMINA 30 MG CÁPSULA	CAPS
29	96250	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	COMP
30	262208	MIRABEGRONA 50 MG COMPRIMIDO	COMP
31	93970	MONTELUCASTE SÓDICO 4 MG GRANULADO SACHE	SACHE
32	244033	MORFINA SULFATO 0,2 MG/ML, IV/IT/PERIDURAL, AMPOLA 1 ML	AMP
33	244035	NEOSTIGMINA, METILSULFATO 0,5 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMP

34	247249	ONDANSETRONA (CLORIDRATO), 2 MG/ML AMPOLA CONTENDO 2 ML DE SOLUCAO ESTERIL INJETÁVEL	AMP
35	249832	OXCARBAZEPINA 300 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
36	249833	OXCARBAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	FRAS
37	207359	OXCARBAZEPINA 600 MG COMPRIMIDO	UND
38	250116	OXIMETAZOLINA (CLORIDRATO) 0,5 MG/ML, SOLUCAO NASAL, FRASCO 30 ML	FRAS
39	245857	PREGABALINA 75 MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO	UND
40	1396	PROPRANOLOL 40 MG COMPRIMIDO	COMP
41	249846	PRUCALOPRIDA 1 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
42	1522	RETINOL 10.000UI/G + AMINOÁCIDOS 25 MG/G + METIONINA 5 MG/G + CLORANFENICOL 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BSNAGA COM 3,5G	BISN
43	1629	RETINOL ACETATO 50.000UI/ML + COLECALCIFEROL 10.000UI/ML FRASCO COM NO MINIMO 10 ML	FRAS
44	103214	RINGER + LACTATO DE SODIO SOLUCAO INJETAVEL SISTEMA FECHADO BOLSA OU FRASCO 500 ML	UND
45	103187	RISPERIDONA 1 MG COMPRIMIDO	COMP
46	245850	RIVAROXABANA 15 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
47	1579	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL PO (ENVELOPE CONTENDO 27,9 G)	ENV
48	249860	SOLIFENACINA SUCCINATO 10 MG COMPRIMIDOS	COMP
49	249861	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO SOLUÇÃO RETAL BSNAGA COM 6,5 G	BISN
50	249865	TELMISARTANA 80 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO	COMP
51	1398	TENOXICAM 20 MG, PÓ LIÓFILO INJETÁVEL, IV/IM, FRASCO AMPOLA	FR-AMP
52	7633	TOPIRAMATO 50 MG COMPRIMIDO	COMPR
53	1540	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML, IV/IM/SC AMPOLA 2 ML	AMP
54	4839	VALERIANA OFFICINALIS, COM NO MÍNIMO 50 MG DE EXTRATO SECO COM TEOR DE ÁCIDO VALERÊNICO DE NO MÍNIMO 0,8%, COMPRIMIDOS, CÁPSULAS OU DRÁGEAS	COMP
55	249884	VALSARTANA 160 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP
56	1576	VENLAFAXINA 75 MG CAPSULAS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CAPS

Valor estimado total da licitação: R\$ 4.151.476,720 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos).

- 2.2. Prazo para início da execução do objeto: #PIEO Imediato, após a assinatura da ATA de RP.
- 2.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto: #PEEO Em até 10 (dez) úteis dias contados da entrega da Nota de Empenho ao fornecedor.
- 2.4. Local de entrega ou execução: #LEEX Central de Abastecimento Farmacêutico, localizada no Hospital Municipal de Maringá, situado na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, 865, Jardim Ipanema - Maringá/PR. As entregas deverão efetuar-se nos dias úteis, das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.
- 2.5. Formas, condições e prazo de pagamento: #PPGT O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda em até 20 dias após a entrega total dos medicamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente recebida pelo preposto do Município.
- 2.6. Garantia exigida do objeto: #GEOB Somente serão recebidos medicamentos com prazo de validade de, no mínimo, 75% do seu prazo intacto, considerando o tempo entre a data de fabricação e a data de validade do produto. Tal medida se faz necessária para que a Secretaria Municipal de Saúde não receba medicamentos com data de validade próxima de seu vencimento e também para que não haja vencimento do mesmo por possível diminuição da demanda, devido aos períodos de sazonalidade.
- 2.7. Deverão ser atendidas as seguintes normas específicas de descarte: #NEDE Medicamentos após expirado o prazo de validade, devem ser descartados em locais apropriados, sendo de suma importância o seu correto manejo a fim de evitar possíveis impactos ambientais.

3. BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE #TMPE

“Ampla concorrência - Geral” - Não é item exclusivo para MPE, mas tem os benefícios de desempate ficto e prazo para regularidade fiscal (excetuadas as licitações cujos itens ou lotes, conforme critério de julgamento, excederem R\$ 4.800.000,00).

.....

ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA
[Modelo de Proposta - Lei 14.133/2021 8428337](#)

ANEXO III
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
[Estudo Técnico Preliminar \(Geral\) - VERSÃO 2 - \(8249585\)](#)

ANEXO IV
TERMO DE REFERÊNCIA
[Termo de Referência 8337500](#)

ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
[Minuta de Ata de Registro de Preços 8428346](#)